

COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UM ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Brazil-Mozambique cooperation in distance education: a study of the implementation of the Public Administration course

Ana Maria Ferreira Menezes
(UNEB)

Maria de Fátima Hanaque
Campos (UNEB)

Nilsa Adelaide Issufo Enoque
Pondja Cherinda (UEM
Moçambique)

Informações do artigo

Recebido em 23/04/2018

Aceito em 30/05/2018

[doi: 10.25247/2447-861X.2018.n244.p689-709](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n244.p689-709)

Resumo

No âmbito da cooperação Sul-Sul enquanto mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes frente a desafios comuns identifica-se o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique. Este Programa faz parte do acordo de cooperação cultural, entre o governo brasileiro e o governo moçambicano, no que tange à cooperação mútua no campo da educação. Neste contexto, salienta-se o objetivo deste trabalho que se constitui na investigação acerca da implantação do curso de administração pública, na modalidade à distância, que foi ofertado em Moçambique. O percurso metodológico envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica, documental, de uma pesquisa de campo e de análises qualitativas e quantitativas, visando ao cruzamento de dados obtidos com os indicadores socioeconômicos, sociocognitivos e tecnológicos. Para atingir o objetivo proposto percorreram-se os seguintes caminhos: em primeiro lugar, buscou-se compreender o que vem a ser a cooperação internacional para o desenvolvimento e interação de conhecimentos; em seguida, introduziu-se a questão da educação a distância numa perspectiva histórica; posteriormente, abordou-se a cooperação Brasil Moçambique através do estudo da implantação do curso de administração pública a distância; por fim, apresentaram-se alguns argumentos a título de conclusão.

Palavras-chave: Cooperação Brasil-Moçambique. Ensino a Distância. Educação.

Abstract

In the framework of South-South cooperation as a joint development mechanism among emerging countries facing common challenges, the Program to Support the Expansion of Higher Distance Education in the Republic of Mozambique is identified. This Program is part of the cultural cooperation agreement between the Brazilian government and the Mozambican government regarding mutual cooperation in the field of education. In this context, the objective of this work is the investigation of the implementation of the public administration course, in the distance mode, that was offered in Mozambique. The methodological course involved the accomplishment of a bibliographical, documentary research of a field research and of qualitative and quantitative analyzes, aiming at the crossing of data obtained with socioeconomic, sociocognitive and technological indicators. In order to reach the proposed goal, the following paths were followed: firstly, an attempt was made to understand what constitutes international cooperation for the development and interaction of knowledge; and then the question of distance education was introduced in a historical perspective; subsequently, Brazil Mozambique was approached through the study of the implementation of the distance public administration course; finally, a few arguments were made for conclusion.

Keywords: Brazil-Mozambique Cooperation. Distance learning. Education..

Introdução

Este artigo decorre dos resultados da pesquisa de campo realizada em Moçambique. Esta pesquisa faz parte de um projeto em rede, interinstitucional, que envolve pesquisadores de três universidades, a saber: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a coordenação central na UFBA.

O referido projeto foi estruturado logicamente a partir de quatro eixos: (1) Contempla estudos sobre relações de cooperação na América do Sul, visa analisar a inserção da América Latina no contexto das transformações da política internacional pós-1990; (2) Trata das relações de cooperação do Brasil com a África, propõe estudar diversas políticas da diplomacia brasileira nas últimas décadas sobre a relação do país com aquele continente; (3) Contempla as relações Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul - BRICS, visando produzir conhecimentos sobre uma articulação geopolítica de relevância crescente, tendo por foco a educação; e, (4) Contempla o estudo da atuação dos países emergentes em organizações internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas.

Na perspectiva do eixo 2, que trata das relações de cooperação do Brasil com a África e que se propõe a estudar diversas políticas da diplomacia brasileira nas últimas décadas, sobre a relação do país com aquele continente, salienta-se o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância em Moçambique. No âmbito deste Programa, focaremos nossa análise na implantação do curso de administração pública, que se constitui no objetivo do presente trabalho e que foi tratado metodologicamente através de uma pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e de análises qualitativas e quantitativas.

Para atingir este objetivo percorreram-se os seguintes caminhos: em primeiro lugar, buscou-se compreender o que vem a ser a cooperação internacional para o desenvolvimento e interação de conhecimentos; em seguida, introduziu-se a questão da educação a distância numa perspectiva histórica; posteriormente, abordou-se a cooperação Brasil Moçambique através do estudo da implantação do curso de administração pública a distância; por fim, apresentaram-se alguns argumentos a título de conclusão.

Cooperação internacional para o desenvolvimento e interação de conhecimentos

A cooperação internacional para o desenvolvimento, segundo Silva (2011), representa um esforço conjunto, que envolve duas ou mais nações, objetivando fortalecer as capacidades operacionais destas em diversas áreas. Essa cooperação tomou forma a partir de movimentos prementes e anseios naturais da evolução internacional depois da II Guerra Mundial.

Creuz (2009, p.218) analisa distinções entre cooperação e integração no campo econômico e seus efeitos, advindos da globalização como fluxo de informações, capital, comércio e fatores de produção ao redor do mundo. Entretanto, o autor destaca, ainda, os efeitos na universalização de padrões culturais e o equacionamento de problemas que afetam a totalidade do planeta.

Para Rocha (2011, p. 337), os critérios de integração ultrapassam o campo econômico, havendo integração não formal resultante de natureza mais cultural ou política. Entretanto, não deve implicar uma uniformização de línguas e culturas. Assevera o autor,

Governos e instituições olham para a integração/associação como uma forma de levar as regiões a uma partilha equitativa dos seus recursos, por todos e em todos os países que são parte desses espaços de integração. As sociedades civis, as comunidades de cidadãos, temem as mais que prováveis ameaças às suas identidades e à soberania trazidas pela integração (ROCHA, 2011, p.338).

Echavarria; Dumas (2014, p. 215) ao tratarem de integração cultural e cooperação universitária, destacam o aspecto cultural nas relações internacionais durante o século XXI, que se constituirá, principalmente, em torno do geocultural, sendo apropriado, construído, distribuído em diferentes espaços culturais.

De esta maneira, la cultura atraviesa todos los modelos de sociedades y penetra en la vida cotidiana de todos los ciudadanos y ciudadanas como fenómeno histórico, enraizado em la realidad económica, social y política de un pueblo (ECHAVARRIA; DUMAS, 2014, p. 215).

Assim, as propostas de integração devem considerar as dinâmicas locais e seus diferentes atores. Segundo as autoras, é neste cenário que emerge a cooperação universitária.

Segun la UNESCO, este tipo de cooperación permite una mayor interacción entre las instituciones y sus comunidades académicas y aprovechar las capacidades con que cuenta cada una logrando potenciar fortalezas individuales. Por lo que la cooperación académica internacional pone en el centro de la cuestión la complementaridad de las capacidades de los actores

participantes para la realización de atividades conjuntas (ECHAVARRIA; DUMAS, 2014, p. 215).

Echavarría; Dumas (2014, p. 242) consideram que as universidades sul-americanas estiveram, por muito tempo, fora da realidade dos seus países e de seus problemas. A integração entre os países membros do MERCOSUR esteve restrita a um projeto econômico, só recentemente surgiu o protagonismo de outros setores como o cultural e o educacional. Nesse sentido, as universidades são as mais envolvidas em processos de cooperação e integração, que se pode dar através de múltiplas modalidades em temas de política e gestão institucional.

Com relação ao Brasil, Silva (2014, p. 278) destaca que, cada vez mais, o país vem fazendo uso da diplomacia educacional para atingir objetivos, cultura de cordialidade com seus parceiros regionais e uma posição de hegemonia na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O autor destaca que, no âmbito do MERCOSUR, conseguiu-se o ensino de espanhol e português na educação básica dos países membros. Outro destaque foi a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), inaugurada em 2010 em Foz do Iguaçu (Paraná).

O projeto da Unila faz parte da estratégia brasileira de buscar a aproximação com outros países através do ensino superior. Sua proposta também está presente em outras instituições criadas no segundo mandato do governo Lula, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) [...] (SILVA, 2014, p. 281).

Segundo Silva (2014), a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sempre foi tímida, mas foi-se alterando durante o governo Lula, com as relações de cooperação técnica com Timor Leste, com projetos de formação educacional dando destaque ao Centro de Formação Profissional Brasil-Timor Leste e um programa de qualificação de docentes e ensino da língua portuguesa.

Outra iniciativa apontada por Silva (2014, p.294) trata-se da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, fundada em 2010, no governo Lula, que vem contribuindo para uma maior inserção internacional brasileira junto a países em desenvolvimento.

A cooperação, segundo Piaget (1973), representa uma interação recíproca e afetiva entre os sujeitos do processo de aprendizagem, que intercambiam conhecimentos, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, que possibilita a construção de um “novo

conhecimento". Essa interação, ainda segundo Piaget (1973), pode levar à transformação do sujeito na sua estrutura cognitiva e do grupo como um todo.

Nesta perspectiva, a criação do conhecimento acontecerá através da cooperação. Assim, os sujeitos, ao cooperarem, podem resolver "problemas" de maneira qualitativamente diferente do que teriam realizado sozinhos. Entretanto, para que a cooperação ocorra, há a necessidade da existência de respeito mútuo e reciprocidade entre os sujeitos que estão interagindo.

Essa linha de compreensão acerca da cooperação nos levou à análise do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, particularizado na implantação do curso de bacharelado em administração pública. No entanto, para que se possa compreender este Programa é necessário que se debruce sobre a educação a distância.

Educação a distância: uma perspectiva histórica

A educação a distância (EAD), segundo Moran (2002), consiste no processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É uma modalidade de ensino que supera os obstáculos criados pela distância e pelo tempo. Mas, diferente do que muitos pensam, não é recente. As primeiras experiências remontam ao início do século XIX e ganharam impulso mundial, através do ensino por correspondência.

A EAD existe, pelo menos, desde o final do século XVIII, desenvolvendo-se mais amplamente a partir de meados do século XIX, quando foi criado o primeiro curso por correspondência, por Sir Isaac Pitman, o Correspondence Colleges no Reino Unido (VIDAL, 2002).

Segundo Garrison (1985), três fases de inovações tecnológicas na educação a distância podem ser identificadas: correspondência, telecomunicação e telemática. Os cursos por correspondência se caracterizam pela utilização de textos impressos, enviados pelos correios.

Ao longo do tempo, as formas de ensinar e estudar a distância foram se modificando. Após a fase da EAD por correspondência, iniciou-se uma fase denominada de analógica, pois,

além de continuar a utilizar, como suporte, o material impresso, passou a fazer uso, complementarmente, dos recursos tecnológicos audiovisuais.

Nesta fase, os meios mais utilizados eram o rádio e a televisão, presentes na maioria dos lugares. Os textos apoiavam os recursos audiovisuais e o telefone se incorporava para manter um contato do tutor com os alunos. O rádio, inicialmente utilizado no ensino a distância no Canadá, propagou-se como ferramenta de EAD, dada a sua importante característica de o sinal radiofônico atingir longas distâncias regionais, que permitiu chegar ao meio rural. O telefone passou a ser utilizado de forma a propiciar a interação entre professor, tutor, coordenação e aluno, para tirar dúvidas existentes durante o processo de ensino a distância, usando, particularmente, o recurso tecnológico da linha 0800 de baixo custo. A utilização da televisão ampliou as possibilidades da EAD, pois possibilitou a utilização de cores, vídeo e áudio simultaneamente, além do recurso de antenas parabólicas.

Uma terceira fase, também conhecida como digital, é a que atualmente está sendo utilizada. Esta fase se ampara no suporte de recursos tecnológicos modernos, tais como as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e de fácil acesso às grandes redes de computadores, bem como à internet. O grande diferencial dessa fase é a facilidade de interação entre o aluno, professor e o ambiente de ensino.

Esta fase está caracterizada pela telemática, apoiada na telecomunicação e informação. Assim, foi possível eliminar as limitações de espaço e tempo, aperfeiçoando o processo da interatividade. Novas formas de comunicação foram criadas, o que propiciou a melhora da qualidade de ensino, no qual a aprendizagem de qualidade é o objetivo primordial.

Em função do desenvolvimento das TIC's, vários meios puderam ser incorporados à EAD, entre eles destacam-se: a videoconferência e a internet. A videoconferência é uma tecnologia que permite a comunicação entre o professor e o aluno, que se encontram em espaços geograficamente diferentes, possibilitando a interação "face-a-face" em tempo real, através de sinais em áudio e vídeo, recriando, a distância, as condições de um encontro entre pessoas, possibilitando uma maior interatividade. A internet, por sua vez, pode ser utilizada em todas as formas de educação, seja a distância ou presencial, fazendo com que o processo ensino-aprendizagem aconteça por meio da relação, professor x aluno. Outro detalhe importante é que, além de vencer espaço e tempo, na internet, o estudante tem liberdade de pesquisar as informações de que mais necessita, quebrando, assim, alguns

paradigmas e promovendo diferentes formas de aprendizagem do tipo por descoberta, por aproximação etc.

Hoje, o ensino a distância, ou EAD, é uma modalidade de ensino que utiliza recursos tecnológicos inovadores como apoio e transforma as práticas de ensino. A educação a distância, por sua importância e pelo potencial que vem representando nas últimas décadas, não prescinde do compromisso com o aperfeiçoamento, com o uso de meios tecnológicos que estão em constante evolução e com a atuação ética por parte de todos os que com ela lidam, para que o trabalho se realize além das normas legais existentes.

Sendo assim, a EAD surgiu da necessidade de atendimento da população que, por várias razões, não pode frequentar, diariamente, a instituição de ensino presencial. Muitos fatores levaram ao desenvolvimento da EAD, dentre eles destacam-se os de cunho social, profissional e até mesmo cultural. O impulso dado à EAD possibilitou não somente atingir parcelas da população que se encontravam em situação de "isolamento" geográfico, bem como propiciou uma maior flexibilidade e mobilidade, o que ampliou as possibilidades de acessibilidade ou empregabilidade.

Em Moçambique, a EAD foi adotada como uma estratégia viável para a expansão das oportunidades de formação em todos os subsistemas e níveis de ensino. O Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC) - 2006-2011 (MOÇAMBIQUE, 2006) defende que esta modalidade de ensino deve ser considerada como mais uma opção viável para todos os cidadãos, e não apenas como uma alternativa para aqueles que não conseguem ingressar no sistema presencial. O decreto 35/2009 (MOÇAMBIQUE, 2009), que regula a atividade da EAD em Moçambique, defende a necessidade de haver semelhança entre as duas modalidades, usa o termo "paridade" para referir que o currículo dos cursos e a carga horária devem ser iguais, mudando apenas a estratégia e a filosofia de ensino.

As primeiras experiências de EAD em Moçambique surgiram em 1980, em programas de formação de professores primários em que o curso tinha o objetivo de elevar o seu nível para 6ª série e garantir-lhes a formação psico-didática e pedagógica. O curso foi testado com cerca de 1300 professores em exercício em algumas províncias do país, conseqüentemente, os programas radiofônicos, que eram transmitidos pela Rádio Moçambique, em pouco tempo ganharam grande popularidade não só entre os professores como, também, entre pessoas que pretendiam aumentar os seus conhecimentos, mas sem possibilidade de frequentar as escolas regulares (NEELEMAN; NHAVOTO, 2003).

Na década 1990, o Ministério da Educação de Moçambique criou o Instituto de Aperfeiçoamento de Professores (IAP), que produziu o curso de EAD denominado "7^a+3 anos", destinado a professores primários com formação acadêmica equivalente à 7^a classe ou menos. Mais tarde, o IAP introduziu um curso de formação de nível médio, denominado 10^a+2. Para a operacionalização destes cursos, foram criados, em todo o país, os núcleos pedagógicos que funcionavam nas escolas primárias, onde havia um tutor que prestava apoio administrativo e pedagógico aos professores-formandos (NEELEMAN; NHAVOTO, 2003). Esses programas utilizavam material impresso e tutoria presencial, tendo abandonado o material radiofônico.

Atualmente, instituições como a Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica, Universidade Católica de Moçambique, Universidade Wutivi, Instituto Superior de Administração Pública e Autárquica, Instituto Superior de Educação e Tecnologias - One World University, Instituto Superior Dom Bosco, Instituto Superior Monitor, Academias de Ciências Policiais figuram entre as instituições que oferecem cursos a distância em Moçambique e usam tecnologias digitais na implementação dos programas.

No Brasil, a Educação a Distância passou a ser definida na Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) como uma modalidade a ser desenvolvida para complementar o ensino presencial. Mugnol (2009, p. 345) considera que o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, institucionalizou o ensino a distância e possibilitou a oferta de cursos nesta modalidade por Instituições credenciadas pelo MEC, visando atender, inicialmente, a interesses e necessidades específicas de formação de professores da Educação Básica e da Educação Superior.

O decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). No seu artigo 1º, destaca-se que esse sistema é voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. No seu parágrafo único, são objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e,
VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Em 2007 é criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED, que assume competências de regulação e supervisão em Educação a Distância no Brasil, com base no novo marco regulatório - o Decreto nº 5622/2005. Esta Secretaria, posteriormente, passou a ser denominada de Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/UAB), que objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Mugnol (2009, p. 345) acrescenta que o governo brasileiro, paralelo à iniciativa regulatória, também desenvolveu tecnologias de comunicação e informação com o incremento de equipamentos tecnológicos e *softwares*.

As relações internacionais das universidades são fortalecidas com o sistema UAB, contribuindo em um contexto atual de cooperação para a construção do conhecimento no ensino superior. Sanabio et al (2013) destacam a iniciativa do governo brasileiro, através da Portaria 22/2010, dando início ao Programa de apoio à expansão da educação superior a distância na República Popular de Moçambique. Dessa forma, os autores destacam que tem início “um processo de implantação de alguns cursos à distância em Moçambique, que seguem parâmetros e determinações brasileiras e passam a servir de guia para uma política internacional de oferecimento de cursos à distância” (SANABIO et al, 2013. p. 5).

Cooperação Brasil Moçambique: estudo da implantação do curso de administração pública à distância

Moçambique, oficialmente designado como República de Moçambique, é um país localizado no sudeste do Continente Africano, banhado pelo Oceano Índico a leste e que faz fronteira com a Tanzânia ao norte, Malawi e Zâmbia a noroeste, Zimbabwe a oeste

primeiras eleições multipartidárias e manteve-se como uma república presidencial relativamente estável desde então.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (MOÇAMBIQUE, 2017), o resultado preliminar do Censo de 2017 indica uma população de 28.861.863 habitantes, com expectativa de vida de 54,4 anos. A mortalidade infantil é de 75,9 mortes por 1000 nascimentos.

Em 2014, a maior parte da população moçambicana residia na área rural. Esta tendência não é diferente dos outros países africanos. A distribuição percentual da população, resumida em três grandes grupos de idade: 1) jovens, entre 0 a 14 anos, representando 45% da população; 2) adultos, entre 15 a 64 anos, representando 52% da população; e, 3) idosos, entre 65 anos e mais representando apenas 3% da população.

A área rural retém a população jovem, aproximadamente 48%. A área urbana, com mais adultos, aproximadamente 58%. Relativamente à população idosa, destaca-se a área rural com 3,4% diferindo em um ponto percentual da urbana. (MOÇAMBIQUE, 2013-2014, p. 13).

Moçambique, de uma forma geral, é um país em desenvolvimento com problemas como desemprego, fome, assimetrias regionais, criminalidade e dívida externa para além de doenças epidêmicas e endêmicas. Para que o país possa caminhar para índices interessantes de desenvolvimento, uma das estratégias é educar a sociedade. Um povo letrado ou educação para todos é a base para se encontrar soluções para o desenvolvimento. Para tal, deve-se expandir a educação em todos os níveis, desde o básico, médio, técnico-profissional ao superior. Os resultados do esforço do governo têm-se notado quando, de ano para ano, o número de graduados dos níveis primário para secundário assim como do secundário para o universitário aumenta, principalmente pela adoção do ensino à distância (EAD) como estratégia de levar a educação a todos. Esta medida permitiu atenuar a incapacidade dos indivíduos se transferirem para os locais onde existem instituições de ensino, quer pela extensão de Moçambique quer pela vida de trabalhador que não pode abandonar a família para ir estudar devido às responsabilidades assumidas (CHERINDA, 2012).

Neste contexto moçambicano, salienta-se o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância, que se insere no âmbito da cooperação SUL-SUL enquanto mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes frente a desafios comuns. Este programa foi instituído através da Portaria Normativa nº 22, de 26 de Outubro de 2010,

do Ministério de Educação, da República Federativa do Brasil, com o objetivo de criar o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique.

No Brasil, essa parceria envolveu, como Instituições coordenadoras, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação a Distância (SEED), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Diretoria de Educação a Distância Universidade Aberta do Brasil (DED/UAB), da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Em Moçambique, a Instituição coordenadora foi o Ministério da Educação de Moçambique (MINED). (BRASIL, 2010, pp. 2 e 4).

A execução do referido Programa foi implementada no período de 2011-2014, com a conclusão do curso em 2016, em sistema de cooperação entre o Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) mais duas instituições de ensino públicas moçambicanas (Universidade Pedagógica/UP e a Universidade Eduardo Mondlane/UEM), e quatro universidades federais brasileiras (Universidade Federal de Goiás/UFG, com o curso de Biologia), Universidade Federal Fluminense/UFF, com o curso de Matemática), Universidade do Rio de Janeiro/UNIRIO, com o curso de Pedagogia), e a Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, com o curso de Administração Pública). (BRASIL, 2010, pp. 2 e 3).

A justificativa para o estabelecimento deste Programa de Cooperação pautou-se num diagnóstico relativo a Moçambique que

[...] caracteriza-se pelo baixo índice de alfabetização da população aliada a fracas qualificações acadêmicas do corpo docente em exercício nas escolas primárias e secundárias, por conta de dificuldades de acesso ao ensino superior e a programas de formação contínua dos professores em exercício. [...] Em relação aos quadros da administração pública, a situação não é tão diferente. A demanda por formação de gestores em nível superior é premente, sobretudo nas províncias. Assim, a cooperação do Brasil com Moçambique, com a oferta de cursos à distância para formação de professores e gestores públicos, justifica-se pelo contributo significativo na formação de mais quadros superiores para o setor da gestão pública e da educação ao nível dos distritos, especialmente àqueles que por razões econômicas e ou geográficas não poderiam participar em cursos presenciais nas capitais provinciais. (BRASIL, 2010, p. 6).

Para efeitos do presente trabalho, a análise voltar-se-á para a implementação do curso de Administração Pública, que foi ofertado em parceria entre a Universidade Federal

de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), para gestores públicos moçambicanos, condição necessária para participar do processo seletivo. As informações apresentadas decorrem da investigação direta com os coordenadores do referido curso, que teve por objetivo verificar resultados do referido programa, através de entrevistas realizadas no período de 19 a 26/09/2017, além de análise documental.

O curso funcionou no modelo adotado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), mas algumas adequações foram implementadas para atender ao contexto local. Foram abertos três Polos de Apoio Presencial: na cidade de Maputo (a capital), na Beira (a 1.200km) e em Lichinga (a mais de 2mil km). Na etapa inicial, para o curso de Administração Pública, foram abertas 90 vagas, sendo 30 em cada polo, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Curso de Administração Pública: oferta de vagas por polo

Polos	Vagas
Maputo	30
Beira	30
Lichinga	30
Total	90

Fonte: (BRASIL, 2010, p. 8)

Vale a pena salientar que o Programa se destaca pelo ineditismo da dupla certificação, ou seja, os estudantes moçambicanos foram matriculados na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade Eduardo Mondlane, e receberam diplomas destas duas Instituições, podendo, assim, atuar em qualquer dos dois países, que se constitui em um dos três princípios basilares do Programa. Além deste princípio, temos: "equivalência das disciplinas que integram a matriz curricular em ambas as universidades; e, utilização de recursos em EaD compatíveis com as exigências de formação e garantia de qualidade". (BRASIL, 2010, p. 7).

De acordo com os coordenadores do curso de administração pública, um dos primeiros passos para a implementação do curso foi a discussão e adaptação da matriz curricular para a realidade moçambicana. A adaptação curricular considerou as exigências normativas brasileiras e moçambicanas e as especificidades da dinâmica organizativa/institucional e cultural de Moçambique, introduzindo aspectos científicos, pedagógicos e tecnológicos já consolidados em ambas universidades. A produção de

material didático constitui-se como outra atividade crucial, onde 50% dos módulos foram elaborados por professores da UEM e 50% por professores da UFJF.

Ocorreram treinamentos no uso da tecnologia e na produção de material didático. Os professores foram formados em elaboração de materiais para o EAD, de forma a produzirem módulos uniformes, consistentes e enquadrados no contexto moçambicano. Por outro lado, à medida que os módulos eram introduzidos em cada bimestre de aulas, os professores eram formados em tutoria e avaliação, assim como no uso das tecnologias do curso (plataforma *moodle* e *skype*). A ação de formação de docentes em tutoria e avaliação visava proporcionar conhecimentos sobre como ensinar a distância, como avaliar as aprendizagens dos estudantes e como utilizar adequadamente as tecnologias em curso.

O ambiente virtual foi montado na plataforma *moodle*, que ficou, inicialmente, vinculado ao provedor de Juiz de Fora, depois transferido para UEM e, posteriormente, por razões técnicas foi devolvido à UFJF. Além do acesso ao ambiente virtual do curso, o estudante teve interlocução com os tutores nos polos de apoio presencial.

O processo de seleção teve como critério que o candidato fosse funcionário público. Após processo seletivo e matrícula dos selecionados nas duas instituições parceiras, o curso teve início em fevereiro de 2011, antecedido de aula inaugural em novembro de 2010, bem como de uma formação de estudantes em metodologias de EAD. Esta formação tinha como objetivo proporcionar conhecimentos sobre o modelo de EAD, como estudar a distância, como utilizar as tecnologias e os procedimentos administrativos, uma vez que era a primeira vez que eles ingressavam para a modalidade de EAD e não tinham experiência de estudar a distância.

As ações de formação de estudantes foram realizadas nos polos de Maputo, Beira e Lichinga e teve a duração de 12 horas presenciais. A seguir, passaram para a fase a distância, na plataforma e no *skype*, no estudo do módulo de Métodos de Estudo a Distância, com duração de 60 horas. Só depois disso passaram ao estudo dos módulos científicos do curso. Como resultado dessas ações, os estudantes aprenderam a estudar a distância, a planejar o estudo e gerir o seu tempo, bem como a utilizar adequadamente a plataforma e o *skype*.

Na aula inaugural foi aplicado um questionário socioeconômico-cultural, com o objetivo de traçar um perfil dos alunos, composto de 44 questões, que abordavam 9 dimensões, que se referem a: identificação, situação/composição familiar, moradia,

escolaridade, atividades e condições de trabalho, hábitos de estudo, cultura e lazer, política, educação a distância. (PRETI; BARBIERI, 2013, p. 234).

Segundo Preti; Barbieri (2013), para o curso de administração pública, a maioria dos estudantes pesquisados (63 estudantes estiveram presentes na aula de abertura do curso) está na faixa etária entre 21 e 40 anos. Quanto ao gênero, há equiparação entre a presença de mulheres e homens. A maioria dos estudantes é casada. Quase todos se identificaram com alguma religião, sendo a católica a que teve um maior percentual, seguida da protestante, evangélica e islâmica. No entanto, houve quem respondesse não praticar nenhuma religião.

A maioria dos estudantes do curso de administração pública (63%) fez o ensino Técnico Profissional, o que, segundo Preti; Barbieri (2013, p. 235), “[...] é um grupo privilegiado por ter conseguido concluir o Ensino Secundário e estar trabalhando”. Em termos familiares, identifica-se que a maioria dos estudantes mora com sua própria família. Em relação à casa em que residem, 60% dos estudantes informaram morarem em casa própria, na qual, em média, vivem cinco ou mais pessoas. (PRETI; BARBIERI, 2013).

A maioria dos estudantes mora perto do polo de apoio presencial (numa média de 50 km), mas há uma minoria que mora a mais de 600 km. Dada a precariedade das estradas e dos transportes públicos em Moçambique, mesmo morando relativamente perto dos polos, os estudantes levam em média cinco horas de viagem, entre ida e volta, pois não existe transporte público no interior, o que cria uma dependência do serviço privativo de “chapas”¹, ou vão de bicicleta, “carona”, ou a pé. (PRETI; BARBIERI, 2013). Por seu turno, os que moram a mais de 600km levam 2 dias para deslocar-se do local de residência ao polo e regressar.

Segundo os coordenadores do curso, o material didático foi disponibilizado em *pdf* na plataforma de ensino, sendo que a maioria dos estudantes tem acesso à internet em locais que oferecem o serviço pago. Os polos têm acesso à internet, mas o custo e o tempo para a ida aos polos semanalmente têm se constituído em fatores limitadores para o bom desempenho dos estudantes. Uma estratégia utilizada pelos docentes, e que resultou positiva, foi o uso do *skype* para conversar com os estudantes e os tutores dos polos.

¹ Transporte semicoletivo, tipo mini ônibus e/ou ônibus, com capacidade entre 14 a 18 pessoas ou mais. Geralmente, esses chapas andam superlotados, em condições mecânicas e de circulação nem sempre as melhores.

Ainda segundo os coordenadores do curso, 50% do corpo docente constituiu-se de professores moçambicanos, que foram treinados no uso da plataforma *moodle*. Essa capacitação foi realizada também com os alunos e tutores. Na montagem das salas houve um planejamento de forma que todas as aulas e atividades fossem disponibilizadas no ambiente virtual e as ferramentas *chat* e fórum de debate terminaram sendo muito utilizadas.

Quanto à realização das avaliações, as provas eram administradas no formato digital, orientadas por um tutor presencial, enviadas para o Brasil e para a capital Maputo para a correção. Contudo, em alguns módulos, houve a demora na publicação do resultado das avaliações.

É de referir que os módulos previstos no plano curricular terminaram em 2014, tendo, a seguir, iniciado as reofertas para os estudantes reprovados. As reofertas terminaram em 2015 e, posteriormente, a elaboração do trabalho de conclusão do curso, que culminou com as graduações em novembro de 2016.

No entanto, vale a pena salientar, segundo os coordenadores do curso, alguns empecilhos para o bom andamento do curso. Em primeiro lugar, o fato de que o arranjo de cooperação não aconteceu com uma participação mais ativa das instituições executoras, ocorrendo no nível mais elevado de autoridade dos países envolvidos. Isto fez com que, quando a proposta chegou ao nível da execução, muito se teve que dialogar para que os executores brasileiros compreendessem as particularidades da realidade moçambicana, uma vez que os programas vinham com ideias formatadas para serem aplicadas em Moçambique sem considerar que as instituições parceiras já ofereciam cursos a distância.

Um segundo empecilho foi o fato de não se ter levado em conta o sistema de pagamento de "propina"² adotado pelas Instituições de Ensino Superior de Moçambique. O Programa previa um curso gratuito, mas os alunos a distância tiveram que pagar essa propina, sendo que, dada a contrainformação neste aspecto, acrescidas às condições de renda dos moçambicanos, isto se constituiu em acumulação de dívidas por parte dos alunos.

Houve, também, um terceiro empecilho que se constituiu no pagamento de bolsas para os professores e tutores. O curso previa a remuneração dos professores, tutores e coordenadores através de bolsas. O processo do pagamento de bolsas foi sempre um

² Taxas escolares. Estrutura pedagógica herdada do período colonial português.

problema sério com atrasos nos pagamentos, assim como há pessoas que nunca chegaram a ser remuneradas pelo trabalho realizado como tutores ou pela elaboração de módulos e, por outro lado, a UEM nunca esteve envolvida nestes pagamentos, o que faz com que, terminado o curso, ainda haja professores e tutores que não receberam as bolsas, e que reclamam deste pagamento à UEM, e esta não tem nenhum registro que faça crer a veracidade das reclamações. Por outro lado, a questão das bolsas criou, segundo os coordenares do curso, uma situação conflitante entre os professores do curso e os demais professores da UEM, pois os professores do curso, por estarem recebendo bolsa, passaram a ser visto como privilegiados.

Um quarto empecilho é que o processo foi marcado pela falta de comunicação entre as instituições, nomeadamente a CAPES, ABC, a UEM, a UFJF, e o coordenador-residente em Moçambique, o que trouxe vários constrangimentos durante a implementação.

O quinto empecilho tem a ver com a literacia digital, onde os estudantes não se encontravam no mesmo nível de conhecimentos de informática em nível de utilizador, o que necessita repensar a forma de seleção dos estudantes, após terem sido admitidos, que reúnam os pré-requisitos para o ingresso num curso à distância baseado em tecnologias.

Além disto, em reunião com o Diretor Geral do Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) e com um Professor representante do INED, obteve-se relatório de atividade referente ao acordo de cooperação Brasil/Moçambique, no qual foram abordados problemas e pontos positivos relacionados com o projeto.

Em termos de problemas, salienta-se o não encaminhamento dos livros para compor a biblioteca; não implantação das antenas para melhorar o acesso à internet; a falta de pagamento das bolsas, que resultou em muitas reclamações junto ao INED. De acordo com o Diretor Geral, as bolsas não deveriam ter sido pagas, pois isto proporcionou uma distorção no sistema de ensino moçambicano; a saída do coordenador local, sem nenhum comunicado por parte do Brasil, trouxe muitos problemas. Em termos dos pontos positivos, foi salientada a instalação de dois laboratórios de Biologia: um em Maputo e outro em Linchinga, e a instalação de computadores nos centros de recursos (polos): Maputo, Beira e Linchinga.

Apesar desses empecilhos, pode-se dizer que houve um resultado positivo desse acordo de cooperação, no âmbito da implementação do curso de administração pública, pois, ao término deste curso foram titulados 71 alunos, dentre os 90 matriculados, o que representou aproximadamente 79% de concluintes, tendo desistido 4 e falecido 2 e os

restantes reprovados. De acordo com o coordenador brasileiro do curso, este acordo de cooperação se constituiu em “[...] uma experiência internacional relevante na educação a distância, que aproximou o Brasil dos países do continente africano, em especial de Moçambique, que fortalece a relação sul-sul. (SANABIO, 2017, pp. 1 e 2).

Conclusão

No âmbito das relações de cooperação do Brasil com a África, o presente artigo procurou apresentar diversas políticas da diplomacia brasileira nas últimas décadas sobre a relação do país com aquele continente e, em particular, investigar acerca da implantação do curso de administração pública, na modalidade a distância, que foi ofertado em Moçambique, no âmbito do programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, como parte do acordo de cooperação cultural entre o governo brasileiro e o governo moçambicano, no campo da educação.

De um modo geral, pode se dizer que o curso foi uma oportunidade para os estudantes que o frequentaram e puderam ter acesso a um curso superior sem abdicar das responsabilidades profissionais, sociais e outras. Em relação ao decurso das aulas, a avaliação é positiva, notou-se o interesse por parte de alguns docentes em leccionar a distância e fazer com que as aulas resultassem em aprendizagem dos estudantes. Notou-se o envolvimento dos professores, gestores e tutores para o bom funcionamento do curso.

Contudo, apresentaram muitas lacunas e dificuldades de ordem organizacional, estrutural, econômica e pedagógica. Neste contexto, havendo possibilidade de expansão ou novas ofertas, seria uma oportunidade para os moçambicanos continuarem seus estudos, no entanto, há uma série de melhorias que devem ser desenvolvidas. A reorganização de todo o programa, revisão dos materiais didáticos do curso, segundo as recomendações da revisão científica; o equipamento dos polos para o atendimento aos estudantes; a melhoria da comunicação entre os intervenientes, a monitoria das atividades docentes e dos tutores e clarificação da questão das bolsas.

O programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, como parte do acordo de cooperação cultural entre o governo brasileiro e o governo moçambicano no campo da educação, possibilitou o fortalecimento dos laços de cooperação internacional no âmbito dos governos do Brasil e Moçambique, mediados por

Instituições de Ensino Superior brasileiras e moçambicanas, que puderam vivenciar uma experiência de troca de conhecimentos e de formação de profissionais, através da educação a distância, com imperfeições e imprecisões evidenciadas neste processo, que podem contribuir na busca pela melhoria contínua.

Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), de Moçambique, para formação de professores, para atuação em escolas de nível básico e médio, e agentes do serviço público. Brasília: ABC, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.392, 1996**. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 12/04/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.622, 2005**. Regulamenta o art. 8o da Lei 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em 12/04/2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.800, 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 12/04/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Nº 22**, de 26 de Outubro de 2010. Institui o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique, e dá outras providencias.

CHERINDA, Nilsa Adelaide Issufo Enoque Pondja. **Ensino e Aprendizagem Online da Estatística Descritiva**. Portugal: Universidade de Aveiro. Departamento de Educação, 2012. (Tese de Doutorado).

CREUZ, Luis Rodolfo Cruz e. Organizações internacionais de integração e cooperação econômica: revisões de uma teoria geral. **Revista da SJRJ**. Rio de Janeiro, n. 24, 009. P. 211-240. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrrj/arquivo/62-208-1-pb.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

ECHAVARRIA, Corina; DUMAS, Maria Lucia Segabinazi. La dimensión Cultural de la cooperación regional: estudio de las relaciones interuniversitarias. In. KRAYCHETE, Elsa Sousa; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.). **Desenvolvimento e cooperação internacional – relações de poder e política dos estados**. Salvador: EDUFBA, 2014. P.213-248.

GARRISON, D. R. Three generations of technological innovations in distance education. **Distance Education**. Vol. 6, No. 2, p. 235-241, 1985.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>. Acesso em 20/03/2018.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Indicadores Sociais 2013-2014**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais-2014/view>. Acesso em 20/03/2018.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Decreto Nº 35/2009**. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/IST/IEDA/Documents/Regulamento%20de%20Ensino%20a%20Distancia.pdf>. Acesso em 20/03/2018.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação. **Plano Estratégico de Educação e Cultura: 2006-2011**. Maputo, 2006.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/educdist.htm>. Acesso em 31/03/2007.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/dialogo-2738%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/dialogo-2738%20(1).pdf). Acesso em 12/04/2018.

NEELMAN; NHAVOTO. **Educação a Distância em Moçambique**. São Paulo: Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 2003.

PIAGET, Jean. **Estudos sociológicos**. São Paulo: Editora Forense, 1973.

PRETI, Oreste; BARBIERI, Maria Angélica. Expansão da educação superior a distância em Moçambique: perfis, expectativas e percepções dos estudantes de um programa de cooperação internacional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância – RBAAD**, v. 12, p. 227-251, 2013.

ROCHA, Aurélio. **Os desafios da Universidade no processo de integração**. In: **Moçambique: relações históricas regionais e com países da CPLP**. Maputo: Alcance Ed., 2011. p. 337-351.

SANABIO, Marcos Tanure. **Relatório de Atividade**. Brasil, 2017.

SANABIO, Marcos Tanure et. all. Educação à distância reduzindo fronteiras e aproximando continentes: experiências de um curso a distância brasileiro em Moçambique. **Anais [...]** XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas - Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad. Universidad Nacional de Mar Del Plata; Universidad Tecnológica Nacional; Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/113115/2013057%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20reduzindo%20fronteiras%20e%20aproximando.pdf?sequence=1>. Acesso em 12/04/2018.

SILVA, Magno Klein. Comunidades em construção: estratégias de Turquia e Brasil na cooperação em educação. In. KRAYCHETE, Elsa Sousa; MILANI, Carlos R. S. (Orgs.).

Desenvolvimento e cooperação internacional – relações de poder e política dos estados. Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVA, Sandra E. C. Dutra e. Cooperação internacional para o desenvolvimento sob uma nova perspectiva. **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 12, 2011. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/187>. Acesso em 26/11/2017.

VIDAL, Elisabete. Ensino a Distância vs Ensino Tradicional. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2002.

Dados das autoras

Ana Maria Ferreira Menezes

Doutora em Administração Pública. Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora Permanente do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – DMMDC. Integrante da equipe da pesquisa O Brasil na cooperação Sul-Sul: a América do Sul, África e BRICS. E-mail: ana_mmenezes@hotmail.com

Maria de Fátima Hanaque Campos

Doutora em História da Arte. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora Permanente do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento – DMMDC. Integrante da equipe da pesquisa O Brasil na cooperação Sul-Sul: a América do Sul, África e BRICS.

Nilsa Adelaide Issufo Enoque Pondja Cherinda

Doutora em Multimedia em Educação. Professora da Universidade Eduardo Mondlane. Directora do Centro de Ensino à Distância (CEND) da Universidade Educarado Mondlene (UEM) de Moçambique.